

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.715 - AL (2019/0159211-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR : NADJA MARIA BARBOSA E OUTRO(S) - AL007169B
AGRAVADO : EVA MARIA DE CASTRO SILVA
ADVOGADO : JOAO SAPUCAIA DE ARAUJO NETO - AL004658

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 253, II, a, do RISTJ, conheceu do agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Com razão a parte recorrente, motivo pelo qual reconsidero a decisão ora impugnada.

Trata-se de Agravo, interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS, contra decisão do Tribunal de Justiça, que inadmitiu o Recurso Especial, interposto com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. COMPATIBILIDADE DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO COM O REGIME DE SUBSÍDIO. DIREITO SOCIAL DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS EXTENSÍVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL. SUBSÍDIO MÍNIMO DA CATEGORIA A QUE PERTENCE A SERVIDORA. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELO PLENO. ADICIONAL QUE DEVERÁ SER PAGO SOMENTE NOS PERÍODOS EM QUE O BENEFÍCIO FOI RECEBIDO E RESPEITAR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI ESTADUAL Nº 7.817/2016 (20/09/2016), QUE ESTABELECEU NOVOS VALORES PARA A BASE DE CÁLCULO AQUI PLEITEADA. ADEQUAÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (fl. 129e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, em acórdão assim sumariado:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ALEGAÇÃO DO

EMBARGANTE DE QUE HÁ OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO, NA MEDIDA EM QUE MODIFICOU O TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE. ADEQUAÇÃO FEITA NOS TERMOS DA LEI E DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ ADOTADA À ÉPOCA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. MEIO INADEQUADO. NÃO APLICAÇÃO, POR MAIORIA DE VOTOS, DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º DO CPC/2015. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS" (fl. 194e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, o seguinte:

"3. DA VIOLAÇÃO AO ART. 240 DO CPC/2015 E AO ART. 405 DO CC/2002. DA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO DO RÉU.

Como se não bastasse a violação legal perpetrada quanto à fixação do índice de correção monetária, a decisão recorrida também se equivocou quanto ao termo inicial da incidência dos juros de mora, violando, assim, o artigo 240, do Código de Processo Civil de 2015, bem como o artigo 405, do Código Civil. Com efeito, dispõem as referidas normas federais:

(...)

Todavia, a decisão recorrida determinou que o termo inicial dos juros de mora deve ser considerada a data de inadimplemento de cada uma das obrigações. Para tanto, o Tribunal local considerou que a obrigação em comento era líquida, devendo, pois, ser considerado em mora o Estado de Alagoas a partir do vencimento de cada parcela remuneratória.

Ora, vê-se dos autos que o objeto da demanda diz respeito à correta base de cálculo do adicional de insalubridade recebido pela parte recorrida. O Estado de Alagoas sempre considerou que a base legal do referido adicional era o menor subsídio pago pelo Estado de Alagoas dentre os servidores do Poder Executivo. Já o acórdão recorrido considerou que a referida base de cálculo é o subsídio mínimo da categoria da parte recorrida.

Dessa feita, a simples controvérsia que existia a respeito da base de cálculo do adicional já demonstra, de forma inequívoca, a iliquidez da obrigação estatal em tela. Não há dúvidas, pois, que a obrigação reconhecida pelo Tribunal local não gozava de liquidez, impondo-se a aplicação, portanto, do art. 240 do NCPC.

De fato, não se pode admitir que o Estado de Alagoas estivesse em mora durante todo o tempo em que efetuou o pagamento do adicional de insalubridade à parte autora, vez que, como se viu, a Administração considerava absolutamente correta a forma como calculava o referido adicional. Somente com a citação válida no presente feito, foi constituído em mora o Estado recorrente, tendo o Poder Judiciário alagoano definido, posteriormente, qual o valor correto da base de cálculo em tela.

Repita-se. O Estado de Alagoas não estava em mora, apenas pagava de modo contrário ao entendimento que restou firmado, posteriormente, pelo Tribunal local. Ademais, não se pode olvidar que a condenação imposta ao Estado enseja cálculos para a efetiva apuração das diferenças vencimentais, o que reforça o caráter ilíquido da obrigação.

(...)

Assim, no que concerne ao termo inicial de incidência dos juros moratórios, nas hipóteses como a dos autos, é evidente que os juros de mora somente devem incidir a partir da data de citação, haja vista a obrigação depender de liquidação.

De fato, mesmo nos casos em que a liquidação depende de mero cálculo aritmético, os juros de mora somente podem incidir a partir da citação inicial, na forma do que foi decidido tanto no Recurso Especial Repetitivo nº 1.356.120/RS, como no Recurso Especial nº 1.205.946/SP por ele referido.

(...)

Já no Recurso Especial Repetitivo nº 1.356.120/RS, este Colendo Tribunal Superior também entendeu aplicável o art. 405, do CC para o débito pertinente à incorporação de gratificação. Dessa feita, é evidente que os juros moratórios, no presente caso, somente podem incidir a partir da data da citação, nos termos que determinam o art. 240 do NCPC e o art. 405 do Código Civil.

Assim, verifica-se que o acórdão guerreado promoveu uma frontal violação ao disposto nos artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, impondo-se a sua reforma por parte desta Colenda Corte Superior" (fls. 147/151e)

Requer, ao final, "que seja dado provimento a este recurso especial, diante da afronta ao disposto no art. 240 do NCPC, bem como no art. 405, do Código Civil, reformando-se o acórdão recorrido para estabelecer a data da citação como termo inicial dos juros moratórios" (fls. 151/152e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 210e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 212/219e), foi interposto o presente Agravo (fls. 233/240e).

Não foi apresentada contraminuta (fl. 244e).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao julgar os Embargos de Declaração, apreciou a questão suscitada pelo ora recorrente, nos seguintes termos:

"9. Com efeito, se da resolução da contradição, da obscuridade, do ponto omissivo, do erro material ou da correção da premissa fática equivocada resultar alteração do conteúdo decisório, filio-me ao entendimento, defendido por boa parte da doutrina contemporânea, segundo o qual os embargos de declaração devem ser revestidos de efeitos infringentes, como forma de se privilegiar a efetiva tutela jurisdicional, enfatizando-se, também, a celeridade e a economia processuais.

10. No caso em tela, sustenta o recorrente que há obscuridade no *decisum* colegiado, na medida em que modificou o termo inicial de incidência dos juros de mora, estabelecendo o inadimplemento da obrigação e não a citação inicial.

(...)

15. Examinando o acórdão impugnado, não identifiquei qualquer obscuridade, uma vez que, da leitura detida dos termos do *decisum* recorrido, percebe-se sua clareza quanto ao termo inicial de incidência dos juros de mora.

16. Note-se que o fato de a adequação dos termos de incidência dos juros ter sido feita de ofício, por se tratar de consectário lógico da condenação, por si só não configura obscuridade, até porque a modificação da incidência dos consectários respeitou a linha que vinha sendo seguida pelo Superior Tribunal de Justiça à época do julgamento da insurgência.

(...)

17. Como se vê, o acórdão não foi obscuro quando estabeleceu como termo inicial dos juros o inadimplemento da obrigação, tendo, inclusive, indicado os dispositivos legais que preveem a incidência do aludido consectário naqueles termos. Vejamos:

40. No que diz respeito aos consectários legais, cabe registrar que a correção monetária deverá ser aplicada a partir do efetivo prejuízo, ou seja, do vencimento da obrigação, a) pelo INPC-IBGE, com base no art. 1º do Provimento nº 10/2002 da

Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, até 29/06/2009, data anterior à vigência da Lei nº 11.960/2009, que conferiu nova redação ao art. 1º- F da Lei nº 9.494/1997; b) pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (Taxa Referencial), a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009 (30/06/2009). Já os juros de mora devem incidir a partir do inadimplemento, isto é, do efetivo prejuízo, no percentual de 6% (seis por cento) ao ano ou 0,5% (meio por cento) ao mês, até 29/06/2009, data anterior à vigência da Lei nº 11.960/2009, que conferiu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997; e, após a sua vigência, em 30/06/2009, com base no índice de juros aplicados à caderneta de poupança.

18. Resta, portanto, demonstrado que o julgado indicou corretamente os elementos que o autorizaram a modificar a forma como os juros incidiriam no caso, não cabendo falar em obscuridade.

No tocante à alegada violação aos arts. 240 do CPC/2015 e 405 do Código Civil, a tese recursal, vinculada aos dispositivos apontados pela parte recorrente como violados, não foi enfrentada, pelo Tribunal de origem. Portanto, inviável a sua apreciação, nesta Corte, ante a falta de prequestionamento, pelo Tribunal de origem, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ.

Com efeito, não se olvida que esta Corte aceita o prequestionamento explícito e implícito. Contudo, no caso, sequer implicitamente restou ele demonstrado, como se viu. A configuração do prequestionamento, ainda que implícito, pressupõe debate e decisão prévios, pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema, o que – reitera-se – não ocorreu, no caso.

Cumprе ressaltar, outrossim, que, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".

Todavia, para a adoção do denominado prequestionamento ficto – segundo o qual a oposição dos Embargos de Declaração seria suficiente ao suprimento do requisito do prequestionamento – faz-se necessário, além da invocação da questão, por ocasião dos Embargos de Declaração, opostos contra o acórdão do Tribunal de origem, que a Corte superior considere a existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade no referido **decisum**, em razão da alegação de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, nas razões do Recurso Especial, o que não ocorreu, **in casu**.

Sobre o tema, confira-se o seguinte precedente do STJ:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

01. Inviável o recurso especial na parte em que a insurgência recursal não estiver calcada em violação a dispositivo de lei, ou em dissídio jurisprudencial.

(...)

03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.

04. **A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.**

(...)

06. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

Ante o exposto, em juízo de retratação, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora